



Abril/2014

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Legislativo - Especialidade Comunicação Social Área TV

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
MODELO1

Nº do Documento _____
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O Caderno de Questões poderá ser levado somente com 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

1 *No século VI a.C., os primeiros filósofos gregos preocuparam-se em conhecer os elementos constitutivos das coisas. Eles investigaram a Natureza, à busca de um princípio estável, comum a todos os seres, que explicasse a sua origem e as suas transformações.*

5 *Físicos, como foram chamados por Aristóteles, esses primeiros filósofos, de Tales a Anaxímenes, fundaram uma tradição de estudo da Natureza, seguida e aprofundada, entre outros, por Heráclito, Pitágoras, Demócrito.*

Na segunda metade do século V a.C., os Sofistas, professores da juventude ateniense numa época de crise, inspirados mais pelo interesse prático do que por uma intenção teórica pura, debateram, entre outras ideias, o Bem, a Virtude, o Belo, a Lei e a Justiça, formulando, a respeito de seu conteúdo, teses ousadas e contraditórias. Não obstante a falta de rigor e o propósito de confundir os adversários, com a habilidade de raciocínio que os notabilizou, os Sofistas tiveram o indiscutível mérito de introduzir, no estudo da sociedade e da cultura, o ponto de vista reflexivo-crítico que caracteriza a filosofia.

Mas seria preciso esperar por Sócrates (470-399 a.C.), misto de pedagogo e de filósofo, que procurou definir os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social, para que esse ponto de vista se insinuasse também na apreciação das artes. Sócrates, que discorria sobre todos os assuntos humanos, entrou, certa vez, no ateliê do pintor Parrásio, e a este perguntou o que a Pintura poderia representar.

30 *Platão (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates, fez, no seu diálogo A República, um confronto, que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra, entre Arte e Realidade. Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura, o filósofo concluía, nesse diálogo, não só que essas artes estão muito abaixo da verdadeira Beleza que a inteligência humana se destina a conhecer, como também que, em comparação com os objetivos da ciência, é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que*

40 *produzem é inconsistente e ilusório. Por outro lado, Platão observa que a Poesia e a Música exercem influência muito grande sobre os nossos estados de ânimo, e que afetam, positiva ou negativamente, o comportamento moral dos homens.*

(Adaptado de: NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1999, p. 7 e 8)

1. No texto, o autor

- (A) comenta o percurso da filosofia com o intuito de comprovar que o pensamento filosófico se eleva sobre todas as outras formas de conhecimento, principalmente a relacionada ao universo das artes.
- (B) objetiva, entre outros aspectos, demonstrar que a denominação que Aristóteles deu aos primeiros filósofos constitui equívoco que a própria história se encarregou de corrigir.
- (C) debate distintas perspectivas da reflexão filosófica, ao longo dos séculos, para evidenciar o papel decisivo que Platão desempenha na pesquisa da inteligência humana.
- (D) cita pensadores para evidenciar caminho constitutivo do pensamento filosófico, considerando distintos aspectos sobre os quais recaíram as inquietações desses intelectuais nesse percurso.
- (E) firma, respeitando a cronologia, a relevância de cada um dos pensadores que compõem a história da Filosofia até seu apogeu, quando esta reconhece o significativo papel das artes plásticas na área filosófica.

2. Sobre os Sofistas, tal como caracterizados no texto, é correto afirmar:

- (A) foram suficientemente habilidosos para, numa época crítica da civilização grega, dar consistência e coerência às suas teses sobre a concepção do Bem, da Virtude, do Belo, da Lei e da Justiça.
- (B) motivados pela necessidade de orientar a juventude ateniense da segunda metade do século V a.C., dedicaram-se a atividades estritamente especulativas, sólida base para posteriores ações pedagógicas.
- (C) desempenharam papel pioneiro ao desenvolver técnicas, teses e conceitos novos, alicerçados na indiscutível capacidade mental que demonstravam ao encadear logicamente a argumentação com que defendiam seus princípios.
- (D) tiveram desqualificados seus méritos, principalmente o de fundar uma perspectiva filosófica no estudo da sociedade e da cultura, pela falta de rigor em suas práticas e pela evidente intenção de turvar o raciocínio dos seus parceiros de diálogo com teses falaciosas.
- (E) a atitude que assumiram diante do que elegeram para estudo na Atenas da segunda metade do século V a.C. representou a inserção de uma perspectiva de abordagem do objeto que é marca distintiva da filosofia.



3. Considerado o parágrafo 3, em seu contexto, é correto afirmar:
- (A) O emprego da forma verbal destacada em (linha 22) *Mas seria preciso esperar por Sócrates* indica que qualquer outro pedagogo ou filósofo poderia ser responsável pelo fato citado e que a presença de Sócrates como seu agente deve ser considerada um acontecimento fortuito.
- (B) Infere-se que a pergunta citada (linha 29) é considerada por Nunes uma indagação filosófica acerca da essência da Pintura, indagação que transportava para o domínio das artes a atitude interrogativa que já tinha sido assumida pelos filósofos gregos em relação às coisas e aos valores sociais.
- (C) A sequência (linhas 24 e 25) *os valores morais, as profissões, o governo e o comportamento social* constitui uma escala que vai do aspecto mais valorizado pelo autor ao que pode merecer menor destaque.
- (D) O emprego de (linha 26) *também* supõe que o ponto de vista referido tivesse já se insinuado em outras áreas, que não são, entretanto, mencionadas; isso exige do leitor que levante hipóteses sobre quais poderiam ser.
- (E) Transpondo o segmento (linhas 28 e 29) *e a este perguntou o que a Pintura poderia representar*, formulado em diálogo indireto, para o diálogo direto, a forma que respeita as orientações da gramática normativa é: "e a este pergunta: – O que a Pintura talvez chegue a representar?".
4. Afirma-se com correção sobre o que se tem no parágrafo 4:
- (A) (linhas 31 e 32) Em *que se tornou decisivo pelas implicações filosóficas que encerra*, justifica-se o emprego de dois distintos tempos verbais pelo fato de a primeira forma indicar uma ação que se deu em certo momento do passado e a segunda, uma opinião tomada como legítima.
- (B) (linhas 33 e 34) A frase *Levando em conta o caráter representativo da Pintura e da Escultura* exprime ideia de condição; assim, o segmento inicial equivale a "Se levasse em conta".
- (C) (linhas 33 a 44) O confronto estabelecido por Platão *entre Arte e Realidade* impede qualquer apreciação positiva de uma manifestação artística.
- (D) (linhas 30 a 44) Platão faz duas avaliações da Pintura e da Escultura, mas somente acerca de uma delas – *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem* – deixa explícito o parâmetro tomado para a apreciação.
- (E) (linhas 38 a 40) Em *é supérflua a atividade daqueles que pintam e esculpem, pois o que produzem é inconsistente e ilusório*, a inclusão de uma vírgula após a palavra *pois* preserva a correção gramatical do segmento.
5. Considerada a norma-padrão da língua, tem consistência o seguinte comentário:
- (A) (linha 2) a forma *preocuparam-se* exemplifica a existência de verbo que aceita um pronome oblíquo átono do mesmo número e pessoa do sujeito, o chamado verbo pronominal.
- (B) (linhas 4 e 5) em *que explicasse a sua origem*, a palavra destacada remete a *todos os seres*, não se admitindo a possibilidade de superposição de elementos retomados pelo pronome.
- (C) (linha 7) no segmento *de Tales a Anaximenes*, as preposições demarcam aqueles que integram um grupo, sem contemplar a categoria temporal.
- (D) (linhas 20 e 21) se, em lugar de *o ponto de vista*, se tratasse de distintos pontos, a formulação "os distintos pontos de vista reflexivos-críticos" estaria em concordância com as normas gramaticais.
- (E) (linha 32) assim como *decisivo* está grafado em conformidade com as normas da gramática, o estão as palavras "proesa" e "deslise".
6. Ou me engano, ou isto quis dizer que se lançam véus sobre certas notícias a pretexto de que, sujeitas a tantas e tão virulentas críticas, faz mal às pessoas.
- Tomando como parâmetro a norma-padrão escrita, comentário adequado sobre o acima transcrito é: O período
- (A) está correto em todos os seus aspectos.
- (B) tem de receber duas correções: "quiz", em lugar de "quis", e "que se lança", em lugar de "que se lançam".
- (C) merece uma única correção: "fazem mal", em lugar de "faz mal".
- (D) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente a alteração de "às pessoas" para "as pessoas".
- (E) tem de, entre outras, receber obrigatoriamente mais um acento indicativo da crase, em "à pretexto".
7. A frase em que as ideias estão expressas de modo claro e correto é:
- (A) Toda pessoa que paga imposto tem o direito de externar sua opinião sobre o modo como o governo trata os municípios, mas se a pessoa está vinculada ao trabalho no setor da vida pública quando critica corrompe com a ética profissional.
- (B) No que se refere aos meios de comunicação, o brasileiro vive um período complexo: na medida que a mídia cai em descrédito com o grande público – o tratamento é abusivo das notícias ou grave peso ideológico – os novos veículos da informática ganham cada vez mais credibilidade.
- (C) A liberdade de expressão do cidadão que é funcionário do Estado em certa função encontra alguns condicionamentos em face de seu vínculo institucional, mas tal excessiva limitação não pode se interpretar a ponto de comprometer aquele direito.
- (D) Numa democracia, até mesmo, ou principalmente, a imprensa é meio que não se pode prescindir para a liberdade de expressão, e por isso da evolução democrática, motivo pelo qual há o sigilo da fonte, garantido pela lei vigente quando ocorre uma denúncia.
- (E) Ainda que seja legítimo o conceito de que é direito da pessoa expressar-se livremente – sobre qualquer assunto que lhe diga respeito ou lhe aprouver – e de que o sistema jurídico do país tem o dever de garantir esse bem da democracia, é leviano dissociá-lo da responsabilidade inerente ao gesto cidadão de manifestar-se.
8. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Enfatizou que nada contribue mais para o desânimo da categoria do que ver o jornalismo impresso hoje desmoralizado e rendido perante às redes sociais e novas mídias.
- (B) Se ele vir de avião, chegará antes do tempo previsto, mas, ninguém há de considerá-lo empecilho para que se dê continuidade aos preparativos da festa em sua própria homenagem.
- (C) De todas as atividades prazerosas, as que mais surtiam efeito positivo sobre o ânimo dos adolescentes eram as que concretizavam a intenção de levantar fundos para instituições beneficentes.
- (D) Tinha mania de imputar nos outros as ações que ela mesma praticava irrefletidamente, e por isso, ao suporem que faria o mesmo naquele dia, acusaram-lhe antecipadamente de malediscência.
- (E) Conclusões as mais absurdas possível foram endossadas por muitos pesquisadores de renome, os quais todos esperavam, com justiça, perspicácia e bom senso.



Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 9 a 14.

Blogs e Colunistas

Sérgio Rodrigues

Sobre palavras

Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente

02/02/2012

Consultório

'No aguardo', isso está certo?

"Parece que virou praga: de dez e-mails de trabalho que me chegam, sete ou oito terminam dizendo 'no aguardo de um retorno'! Ou outra frase parecida com esta, mas sempre incluindo a palavra 'aguardo'. Isso está certo? Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo? Gostaria de conhecer suas considerações a respeito."

(Virgílio Mendes Neto)

Virgílio tem razão: uma praga de "no aguardo" anda infestando nossa língua. Convém tomar cuidado, nem que seja por educação: antes de entrarmos nos aspectos propriamente linguísticos da questão, vale refletir por um minuto sobre o que há de rude numa fórmula de comunicação que poderia ser traduzida mais ou menos assim: "Estou aqui esperando, vê se responde logo!"

(Onde terá ido parar um clichê consagrado da polidez como "Agradeço antecipadamente sua resposta"? Resposta possível: foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais do tempo das cartas manuscritas, porque o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder com hipocrisias. O que equivale a dizer que, sendo o meio a mensagem, como ensinou o teórico da comunicação Marshall McLuhan, a internet é casca-grossa por natureza. Será mesmo?)

*Quanto à questão da **existência**, bem, o substantivo "aguardo" existe acima de qualquer dúvida. O dicionário da Academia das Ciências de Lisboa não o reconhece, mas isso se explica: estamos diante de um regionalismo brasileiro, um termo que tem vigência restrita ao território nacional. Desde que foi dicionarizado pela primeira vez, por Cândido de Figueiredo, em 1899, não faltam lexicógrafos para lhe conferir "foros de cidade", como diria Machado de Assis. Trata-se de um vocábulo formado por derivação regressiva a partir do verbo aguardar. Tal processo, que já era comum no latim, é o mesmo por meio do qual, por exemplo, do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica.*

9. Considerados os textos do autor da coluna e do consulente, é correto dizer:

- (A) A resposta inicia-se com informações não solicitadas pelo consulente, mas importantes para esclarecer aspectos das perguntas que fez.
- (B) O consulente preocupa-se com a correção, enquanto o autor da coluna demonstra isenção em relação a qualquer uso da língua, desde que as formas em questão existam.
- (C) O autor da coluna menospreza o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa por causa do evidente preconceito desta obra em relação à linguagem falada no Brasil.
- (D) O consulente revela disposição para mudar seu julgamento sobre "aguardo", caso se comprove que a palavra existe.
- (E) O autor da coluna e o consulente produzem textos em que cada um se dirige diretamente ao interlocutor, usando a 2ª pessoa do singular.

10. O autor

- (A) afirma fazer uso de expressões como "Agradeço antecipadamente sua resposta" porque elas ao menos permitem denotar polidez.
- (B) ironiza o privilégio concedido às pretensas mensagens diretas do meio digital, já que com elas se perde em estilo (*bordados verbais*) e em cortesia.
- (C) afirma, com bom humor, mas com base em trabalhos qualificados, que, desde sua dicionarização, "aguardo" é palavra característica de um vocabulário rural.
- (D) vale-se de informações sociolinguísticas, de história da língua e de morfologia para comprovar a existência de "aguardo".
- (E) recorre ao latim para propor que "aguardo" pode ter aparecido na língua bastante antes de 1899, data de sua dicionarização.

11. Considere as seguintes afirmações.

- I. Em **Nossa língua escrita e falada numa abordagem irreverente**, há uma ambiguidade que é produtiva para o texto: em qualquer uma das interpretações, a frase caracteriza bem a coluna.
- II. O uso de **Consultório** para nomear a coluna é incorreto, já que esse substantivo é usado para nomear certo espaço reservado aos profissionais da saúde.
- III. O autor destaca a palavra **existência** para enfatizar que vai tratar da questão em perspectiva específica: a da presença ou ausência do substantivo em dicionários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.



12. Acerca da pontuação empregada, é correto o seguinte comentário:
- (A) Em *Que diabo de palavra é esse 'aguardo' que não é verbo?*, seria mais apropriado um ponto de exclamação, considerado o conteúdo da frase.
 - (B) Considerado o conteúdo do texto, os parênteses que acolhem o segundo parágrafo da resposta justificam-se pelo caráter menos central das informações e comentários que contêm.
 - (C) Na primeira linha do texto citado e nas três primeiras do texto de Sérgio Rodrigues, dado o sentido do que vem em seguida, os dois-pontos poderiam ser substituídos por “porque”.
 - (D) Em *foi aposentado compulsoriamente ao lado de outros bordados verbais*, a apresentação de *compulsoriamente* entre vírgulas alteraria o sentido original, tornando prescindível a presença desse advérbio na frase.
 - (E) As aspas em “*foros de cidade*” assinalam que a expressão é usada por outros, que não o autor, diferentemente das aspas em “*no aguardo*”.
-
13. Está correta a seguinte flexão para o plural:
- (A) *Trata-se de um vocábulo*: Tratam-se de vocábulos.
 - (B) *o meio digital privilegia as mensagens diretas e não tem tempo a perder*: os meios digitais privilegiam as mensagens diretas e não tem tempo a perder.
 - (C) *é casca-grossa por natureza*: são casca-grossas por natureza.
 - (D) *o substantivo [...] existe acima de qualquer dúvida*: os substantivos existem acima de qualquer dúvidas.
 - (E) *se extraiu o substantivo*: se extraíram os substantivos.
-
14. Considerada a norma culta escrita, há correta substituição de estrutura nominal por pronome em:
- (A) *Agradeço antecipadamente sua resposta* // Agradeço-lhes antecipadamente.
 - (B) *do verbo fabricar se extraiu o substantivo fábrica*. // do verbo fabricar se extraiu-lhe.
 - (C) *não faltam lexicógrafos* // não faltam-os.
 - (D) *Gostaria de conhecer suas considerações* // Gostaria de conhecê-las.
 - (E) *incluindo a palavra 'aguardo'* // incluindo ela.
-
15. Uma frase comum no início de certo tipo de documento oficial está corretamente redigida em:
- (A) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizado uma Reunião Solene...
 - (B) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplauso pela beneficiência da senhora Ana Margarete da Silva...
 - (C) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que sejam transcritos os artigos sobre a ascensão da nova classe média em Pernambuco...
 - (D) Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que, seja enviado Votos de Pesares aos familiares dos cabeleiros...
 - (E) Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja realizado uma Audiência Pública...

Língua Inglesa

Atenção: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto abaixo.

House Approves Higher Debt Limit Without Condition

By JONATHAN WEISMAN and ASHLEY PARKER

Feb. 11, 2014

WASHINGTON – Ending three years of brinkmanship in which the threat of a devastating default on the nation’s debt was used to wring conservative concessions from President Obama, the House on Tuesday voted to raise the government’s borrowing limit until March 2015, without any conditions.

The vote – 221 to 201 – relied almost entirely on Democrats in the Republican-controlled House to carry the measure and represented the first debt ceiling increase since 2009 that was not attached to other legislation. Only 28 Republicans voted yes, and only two Democrats voted no.

Simply by holding the vote, Speaker John A. Boehner of Ohio effectively ended a three-year Tea Party-inspired era of budget showdowns that had raised the threat of default and government shutdowns, rattled economic confidence and brought serious scrutiny from other nations questioning Washington’s ability to govern. In the process, though, Mr. Boehner also set off a series of reprisals from fellow Republican congressmen and outside groups that showcased the party’s deep internal divisions.

During the October 2013 government shutdown, The Times’s David Leonhardt explained the debt limit and how a failure to raise it could have affected the economy both at home and abroad.

“He gave the president exactly what he wanted, which is exactly what the Republican Party said we did not want,” said a Republican representative, Tim Huelskamp of Kansas, who last year unsuccessfully tried to rally enough support to derail Mr. Boehner’s re-election as speaker. “It’s going to really demoralize the base.”

The vote was a victory for President Obama, Democrats and those Senate Republicans who have argued that spending money for previously incurred obligations was essential for the financial standing of the federal government. “Tonight’s vote is a positive step in moving away from the political brinkmanship that’s a needless drag on our economy,” Jay Carney, the White House press secretary, said in a statement.

“A clean debt ceiling is a complete capitulation on the speaker’s part and demonstrates that he has lost the ability to lead the House of Representatives, let alone his own party,” said Jenny Beth Martin, co-founder of the Tea Party Patriots. “It is time for him to go.”

Senator Harry Reid of Nevada, the majority leader, commended the speaker and promised to pass the bill as soon as possible. “We’re happy to see the House is legislating the way they should have legislated for a long time,” he said.

(Adapted from http://www.nytimes.com/2014/02/12/us/politics/boehner-to-bring-debt-ceiling-to-vote-without-policy-attachments.html?nl=todaysheadlines&emc=edit_th_20140212&_r=0)

16. Segundo o texto,
- (A) embora a Câmara dos Representantes americana seja majoritariamente republicana, aprovou, com maioria dos democratas, elevar o teto da dívida até 2015.
 - (B) os republicanos aprovaram a elevação do teto da dívida, mas impuseram determinados cortes de gastos públicos.
 - (C) os republicanos vinham emperrando a aprovação do aumento do teto da dívida desde 2009.
 - (D) Boehner teve o apoio da maioria dos republicanos, apesar das divergências internas do partido.
 - (E) apesar de pressionado pelos republicanos, o Presidente Obama negou-se a fazer quaisquer concessões de linha mais conservadora.

17. De acordo com o texto,
- (A) apesar de ter feito campanha para reconduzir Boehner à presidência da Câmara, Tim Huelskamp se opôs à proposta de lei de prorrogação do teto de dívida do país até março de 2015.
 - (B) Jenny Beth Martin acredita que Boehner terá de dirigir o Partido republicano sozinho, uma vez que perdeu o apoio da maioria.
 - (C) alguns senadores republicanos apoiaram a prorrogação, argumentando que era importante para a saúde financeira do governo pagar dívidas já contraídas.
 - (D) o senador Harry Reid comentou que o presidente da Câmara pretende aprovar a lei o mais breve possível.
 - (E) o fato de a proposta de lei ter sido aprovada sem nenhuma concessão orçamentária representa uma retirada estratégica dos democratas que inicialmente haviam negado seu apoio.

18. As used in the text, and without any change in meaning, though could be replaced by
- (A) however.
 - (B) therefore.
 - (C) then.
 - (D) in spite of.
 - (E) in addition to.

19. No texto, o pronome sublinhado he refere-se a
- (A) Republican Party.
 - (B) Tim Huelskamp .
 - (C) Mr. Boehner.
 - (D) David Leonhardt.
 - (E) the president.

20. Considere a seguinte definição:
- Brinkmanship is the technique of pushing a dangerous situation to the limits of safety in order to secure the greatest advantage.*
- Em qual dos exemplos abaixo a palavra *brinkmanship* está empregada de forma **incorreta**?
- (A) Even democracies engage in brinkmanship to protect their self-interests.
 - (B) The airline is playing brinkmanship. It is taking a risk on its own behalf and on the customers.
 - (C) He loves public service, and he loves the game of brinkmanship and the idea of playing it safe and compromising.
 - (D) Brinkmanship involves such tactics as making unconditional demands, bluffing, threatening, and even walking out of negotiations to produce the effect of crisis.
 - (E) Cheney said he may be playing a game of brinkmanship without realizing how close to the brink he is.



Regimento Interno

21. A Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE, nos termos do seu Regimento Interno, é competente para deliberar sobre a exoneração do Procurador-Geral de Justiça antes do término do seu mandato, aprovar a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas e apreciar vetos apostos pelo Governador. Em todos esses casos, o *quorum* necessário é

- (A) 2/3 de seus membros.
- (B) 3/5 de seus membros.
- (C) maioria qualificada.
- (D) maioria absoluta.
- (E) maioria simples.

22. A posse do Deputado ocorrerá mediante prestação de compromisso e assinatura do termo de posse. Nos termos do Regimento Interno da ALEPE, é regra atinente à posse que

- (A) aberta a reunião, o Presidente convidará três Deputados para ocupar os lugares de primeiro, segundo e e terceiro secretários.
- (B) a direção dos trabalhos deverá ser assumida por um dos Deputados reeleitos que já tenha exercido a Presidência.
- (C) o não comparecimento do Deputado à posse configura infração sujeita à medida disciplinar.
- (D) no ato da posse é vedada a representação do Deputado diplomado através de procurador.
- (E) as dúvidas relativas à relação nominal dos Deputados serão encaminhadas à comissão criada para esse fim específico.

23. Dentre os motivos previstos no Regimento Interno da ALEPE para o Deputado se ausentar estão as viagens ao exterior. Nesse caso, deverá haver, previamente, encaminhamento de comunicação ao

- (A) Segundo Secretário.
- (B) Terceiro Secretário.
- (C) Primeiro Secretário.
- (D) Vice-Presidente.
- (E) Presidente.

24. Uma das formas previstas para a vacância do cargo de Deputado é por meio da renúncia, que independe de aprovação e se tornará

- (A) efetiva e irretroatável após a sua publicação.
- (B) efetiva após sua publicação, mas retratável no período de 15 dias.
- (C) efetiva após sua publicação, mas retratável no período de 30 dias.
- (D) temporária nos primeiros 30 dias e efetiva e irretroatável a partir daí.
- (E) temporária nos primeiros 30 dias úteis e efetiva e irretroatável a partir daí.

25. As Comissões Parlamentares Permanentes integram a estrutura institucional da ALEPE e têm por finalidades apreciar e deliberar sobre assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais. A fixação de subsídios e os programas de privatização são matérias cuja competência é exercida pela Comissão de

- (A) Constituição e Justiça.
- (B) Finanças, Orçamento e Tributação.
- (C) Administração Pública.
- (D) Desenvolvimento Econômico.
- (E) Legislação.

26. O Plenário é integrado pela totalidade dos Deputados, em efetivo exercício do mandato, e o uso da palavra é disciplinado pelo Regimento Interno da ALEPE, podendo ser exercido, inclusive, para apresentar dúvida suscitada quanto à aplicação das normas regimentais ou constitucionais, ato esse que se denomina

- (A) Aparte.
- (B) Questão de ordem.
- (C) Comunicação relevante.
- (D) Privilégio da dúvida.
- (E) Direito de participação.

27. As Reuniões Ordinárias do Plenário são realizadas de segunda a quinta-feira, em rito preestabelecidas no Regimento Interno da ALEPE, que prevê sua realização em partes na seguinte ordem:

- (A) Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.
- (B) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Ordem do Dia, Pequeno Expediente, Grande Expediente e Comunicação de Lideranças.
- (C) Comunicação de Lideranças, Expediente Inicial, Explicação Pessoal, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (D) Explicação Pessoal, Expediente Inicial, Comunicação de Lideranças, Ordem do Dia, Pequeno Expediente e Grande Expediente.
- (E) Expediente Inicial, Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia, Comunicação de Lideranças e Explicação Pessoal.

Direito Constitucional

28. Um indivíduo pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu, decorrentes de matéria jornalística produzida a seu respeito, com conteúdo inverídico, divulgada por empresa de comunicação. Para hipóteses como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito

- (A) de resposta, proporcional ao agravo, mas não o direito à indenização por dano material ou moral, tendo em vista a previsão constitucional da liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (B) de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- (C) de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
- (D) à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- (E) de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.



29. O Governador de determinado Estado pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado pelo Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade, o Governador
- (A) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
 - (B) e o Prefeito poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
 - (C) somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas o Prefeito poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
 - (D) poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) poderá ser candidato a reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas o Prefeito somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até quatro meses antes do pleito.
-
30. De acordo com o texto constitucional, o desmembramento de Município pode ocorrer por lei
- (A) municipal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (B) municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, sendo necessária consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (C) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (D) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, desde que atendidos aos demais requisitos previstos em lei, sendo desnecessária a consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido.
 - (E) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Município envolvido, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
-
31. O Governo de determinado Estado realizou campanha publicitária, paga com recursos públicos advindos da arrecadação de impostos, para divulgação do programa de saúde pública instituído no Estado. A campanha publicitária afirmou que o programa de saúde pública era uma realização do partido político ao qual o Governador do Estado era filiado, tendo o Governador sido citado nominalmente na campanha, que também utilizou sua imagem. Considerando o disposto na Constituição Federal, trata-se de publicidade realizada
- (A) regularmente, uma vez que o cidadão tem direito a ser informado sobre as políticas públicas instituídas pelo Governo, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (B) irregularmente, uma vez que da publicidade dos programas dos órgãos públicos não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (C) irregularmente, uma vez que é vedada a realização de campanha publicitária dos programas de governo com recursos públicos, salvo se provenientes de doações.
 - (D) irregularmente, uma vez que não poderia ter sido utilizada a imagem do Governador, ainda que seu nome e o nome de seu partido pudessem ser utilizados na campanha.
 - (E) regularmente, uma vez que a publicidade dos programas de saúde pública exige a indicação da autoridade responsável pelo programa, em razão do princípio da transparência, devendo ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.



32. Deputado Federal apresentou projeto de lei que aumenta o número de cargos públicos na Administração pública federal direta, aumenta os respectivos vencimentos e ainda dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado pelas Casas do Congresso Nacional, foi encaminhado para sanção ou veto presidencial. Considerando as disposições da Constituição Federal a respeito da iniciativa legislativa, o projeto foi aprovado
- (A) irregularmente, uma vez que as matérias contidas no projeto de lei são de iniciativa privativa do Presidente da República que, por essa razão, poderá vetá-lo integralmente.
- (B) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar o número de cargos públicos na Administração pública direta, ainda que o regime jurídico dos servidores públicos e o aumento dos seus vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (C) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode aumentar os vencimentos dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o regime jurídico dos servidores públicos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade.
- (D) irregularmente, uma vez que apenas projeto de lei de iniciativa do Presidente da República pode dispor sobre o regime jurídico dos servidores públicos, ainda que o aumento do número de cargos públicos e o aumento dos respectivos vencimentos possam constar de projeto de lei de iniciativa parlamentar, podendo o Presidente da República vetar parcialmente o referido projeto por motivo de inconstitucionalidade.
- (E) regularmente, não havendo qualquer vício de iniciativa legislativa que o torne inconstitucional e que possa ensejar o veto presidencial por esse motivo.

33. Lei estadual, promulgada em 15 de dezembro, aumentou a alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias, determinando que a nova alíquota incidiria sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. No que toca ao prazo para que a nova alíquota do imposto seja exigida, a lei estadual
- (A) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (B) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (C) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) não é compatível com a Constituição Federal, uma vez que não observou a regra segundo a qual é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- (E) é compatível com a Constituição Federal, uma vez que o tributo poderia ser cobrado inclusive no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o aumentou.

Direito Administrativo

34. Por meio da Lei Complementar estadual nº 257/2013, instituiu-se recentemente o regime de previdência complementar no Estado de Pernambuco, de caráter facultativo e aplicável aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da autorização do funcionamento desse regime pelo órgão federal competente. De acordo com essa lei, estão abrangidos por esse sistema os
- (A) servidores públicos de qualquer Poder do Estado, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (B) deputados estaduais e os juízes de direito membros do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.
- (C) funcionários públicos de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado.
- (D) servidores públicos do Poder Executivo, apenas, titulares de cargos efetivos ou em comissão.
- (E) servidores e funcionários públicos do Estado aposentados por tempo de contribuição.
35. Considere as afirmativas abaixo.
- I. Nos termos da Lei nº 8.429/92, para que seja configurado ato de improbidade administrativa é necessário ter havido prejuízo financeiro ao erário público.
- II. Caso o agente já tenha sofrido condenação por crime de peculato, não caberá sanção por improbidade administrativa para o mesmo fato para o qual já atribuída sanção penal.
- III. As modalidades de atos de improbidade administrativa expressamente previstas na Lei nº 8.429/92 constituem rol meramente exemplificativo.
- IV. De acordo com a Lei nº 8.429/92, é possível haver atos de improbidade administrativa comissivos, omissivos, dolosos ou culposos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.
36. Quanto ao procedimento de acesso à informação no âmbito da Assembleia Legislativa de Pernambuco, nos termos da Lei estadual nº 15.224/2013, é INCORRETO afirmar:
- (A) qualquer pessoa jurídica poderá formular pedido de acesso à informação.
- (B) serão indeferidos pedidos genéricos de acesso à informação, ainda que formulados por pessoa idosa.
- (C) serão indeferidos pedidos de acesso à informação imotivados, ainda que de interesse público.
- (D) o prazo para resposta da Assembleia Legislativa ao pedido poderá ser prorrogado, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.
- (E) no caso de negativa de acesso à informação, poderá o requerente apresentar recurso dirigido à Ouvidoria da Assembleia Legislativa, que deverá apreciá-lo no prazo legalmente estabelecido.



37. Consideradas as disposições contidas na Constituição Federal acerca dos cargos, empregos e funções públicos, é correto afirmar:

- (A) os empregos e funções públicos são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, mas os cargos públicos somente são acessíveis a brasileiros.
- (B) os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) a exigência constitucional de aprovação prévia em concurso público refere-se somente à investidura em cargos públicos efetivos, sendo dispensada para cargos comissionados e empregos públicos.
- (D) a Administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá publicar decreto reservando percentual dos seus respectivos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (E) por força de Emenda à Constituição, não mais se admite a contratação por tempo determinado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

38. Sobre os contratos administrativos, é correto afirmar:

- (A) é exigência legal o estabelecimento de garantia contratual, em valor correspondente a, no mínimo, 5% do valor do contrato.
- (B) o equilíbrio econômico-financeiro é cláusula contratual que garante estabilidade ao contratado, na medida em que veda aumento dos encargos deste ao longo da execução do contrato.
- (C) o equilíbrio econômico-financeiro é equação que se estabelece no momento em que celebrado o contrato, relacionando os encargos que serão assumidos pelo contratado e a contraprestação a ser assegurada pela Administração.
- (D) a rescisão unilateral é admitida em Lei em caráter excepcional e libera a Administração pública de ressarcir o contratado de eventuais prejuízos que este venha a alegar.
- (E) os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras são admitidos, desde que não superem 30% do valor inicial atualizado do contrato.

39. O princípio da continuidade do serviço público serve de fundamento para a

- (A) proibição do direito de greve de servidores públicos, prevista inclusive na Constituição Federal.
- (B) proibição, em qualquer hipótese, de suspensão da execução do contrato administrativo pelo particular.
- (C) regra legal da inexigibilidade de licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) exigência de permanência do servidor em serviço, ainda que este preencha os requisitos para aposentadoria compulsória.
- (E) utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.

Direito Financeiro

40. Em uma situação hipotética, o Presidente da República, com base no disposto no art. 153, *caput*, inciso I, combinado com o § 1º desse mesmo artigo da Constituição Federal, reduziu a alíquota do Imposto de Importação.

A referida redução, que representa renúncia de receita tributária, foi feita sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro do montante de perda de receita e sem atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Levando em conta o que a Lei Complementar nº 101/00 estabelece a respeito da responsabilidade na gestão fiscal, essa redução

- (A) não pode ser feita, pois representa renúncia de receita.
- (B) só pode ser feita se acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) pode ser feita, pois, como redução de alíquota não é benefício fiscal, sua redução, em relação aos tributos de maneira geral e aos impostos de maneira específica, não representa renúncia de receita.
- (D) só pode ser feita se o autor da proposta, para sua concessão, houvesse demonstrado que essa renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) pode ser feita, pois, tal como as alíquotas do IOF, as alíquotas do Imposto de Importação podem ser alteradas por ato do poder executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, não estando sujeitas às limitações contidas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

41. O Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593/12) tem diversas diretrizes. Com base na referida lei, são diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015:

- (A) a inclusão digital e a promoção da sustentabilidade ambiental.
- (B) a garantia da soberania nacional e o incremento na integração do país ao contexto sul-americano.
- (C) a otimização da arrecadação de origem tributária e o aumento da eficiência dos gastos públicos.
- (D) o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia e a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.
- (E) o crescimento econômico sustentável e o controle permanente do câmbio e da inflação.



42. A Constituição Federal permite que a União institua empréstimos compulsórios mediante lei complementar. O art. 148 de seu texto tem a seguinte dicção:

“Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

- I. para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- II. no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.”

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, o montante do referido empréstimo, exigível pela União após transcurso do prazo para pagamento, será inscrito, na forma da legislação própria, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, como

- (A) Dívida Ativa Tributária.
- (B) Dívida Ativa não Tributária.
- (C) Crédito Tributário a ajuizar.
- (D) Crédito não Tributário a ajuizar.
- (E) Crédito sujeito à prescrição.

43. De acordo com a Constituição Federal, a competência da União para legislar sobre Direito Financeiro e Orçamento

- (A) é concorrente com a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as restrições decorrentes de tratados e convenções firmados entre Brasil e Organizações Internacionais.
- (B) é suplementar, desde que não tenha sido exercida pelos Estados ou pelos Municípios, observadas, quando for o caso, as restrições decorrentes de compromissos firmados com países estrangeiros e organismos internacionais.
- (C) é limitada a estabelecer normas gerais sobre direito financeiro e orçamento no âmbito municipal, exceto no que concerne aos assuntos que tiverem sido objeto de acordo com organismos internacionais.
- (D) se não exercida para editar lei federal sobre normas gerais, permitirá que os Estados exerçam sua competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- (E) é concorrente com a dos Estados e do Distrito Federal, no que diz respeito a estabelecer normas específicas ou gerais de direito financeiro e orçamento.

44. O art. 159, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal estabelece que 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados será entregue ao Fundo de Participação dos Municípios, até o final do primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.

De acordo com o texto constitucional, caso o Presidente da República decida fazer esse repasse diretamente às Prefeituras e não ao Fundo de Participação dos Municípios, ele

- (A) não poderá fazê-lo, em momento algum, porque a lei do orçamento veda a aprovação de emendas que incidam sobre “transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”.
- (B) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- (C) poderá fazê-lo, desde que compatível com o plano plurianual, e o Presidente da República envie ao Congresso Nacional mensagem propondo essa modificação, antes de iniciada a votação, pelo plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (D) não poderá fazê-lo, pois os projetos de lei relativos ao orçamento anual, relativamente às transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal só podem ser objeto de emenda de iniciativa de deputados e senadores.
- (E) poderá fazê-lo, desde que a proposta para encaminhamento dessa emenda seja subscrita por um terço de deputados e um terço de senadores que não integrem a Comissão mista que apreciará a matéria.

**Raciocínio Lógico**

45. João, Pedro e Luís têm x , y e z reais, ainda que não necessariamente nessa ordem. Em uma conversa entre essas três pessoas, João disse a quem tem y reais que o outro tem x reais. Luís disse a quem tem x reais que nenhum dos três tem totais iguais de reais. Se todos dizem a verdade, e Pedro é o que tem menos reais, então, necessariamente será positivo o resultado da conta

- (A) $z - y$.
- (B) $x - y - z$.
- (C) $x + y - z$.
- (D) $z - x$.
- (E) $x - y$.

46. Quatro tipos de doces diferentes são embalados em caixas de mesmo formato e aparência, a não ser pelo rótulo indicativo do tipo de doce nela contido. Por equívoco, os rótulos das quatro caixas foram trocados de forma que nenhum deles corresponde ao doce nela contido. Por meio do uso do raciocínio lógico, o menor número de caixas que precisam ser abertas para que se possa ter certeza do conteúdo contido nas quatro caixas é

- (A) 2.
- (B) 1.
- (C) 0.
- (D) 4.
- (E) 3.

47. Ano bissexto é aquele em que acrescentamos 1 dia no mês de fevereiro, perfazendo no ano um total de 366 dias. São anos bissextos os múltiplos de 4, exceto os que também são múltiplos de 100 e simultaneamente não são múltiplos de 400. De acordo com essa definição, de 2014 até o ano 3000 teremos um total de anos bissextos igual a

- (A) 245.
- (B) 239.
- (C) 244.
- (D) 238.
- (E) 249.

48. Em um grupo de 90 funcionários de uma repartição pública sabe-se que:

- 12 têm conhecimentos jurídicos, contábeis e de informática;
- 56 têm conhecimentos de informática;
- 49 têm conhecimentos contábeis.

Além disso, todos que têm conhecimentos jurídicos também conhecem informática, e 8 funcionários não têm conhecimento jurídico, nem de informática e nem contábil. Nas condições dadas, o número de funcionários que têm conhecimentos de informática e de contabilidade (simultaneamente), mas que não têm conhecimentos jurídicos, é igual a

- (A) 25.
- (B) 18.
- (C) 11.
- (D) 7.
- (E) 26.

49. Ordenando ao acaso todas as letras da palavra TRIBUNAL, o que inclui a própria palavra TRIBUNAL, teremos 40320 palavras (palavras com ou sem significado). Escolhendo ao acaso uma dessas palavras, a probabilidade de que ela comece e termine por vogal é igual a

- (A) $\frac{3}{14}$.
- (B) $\frac{5}{28}$.
- (C) $\frac{1}{7}$.
- (D) $\frac{1}{14}$.
- (E) $\frac{3}{28}$.

50. João, Alberto, Miguel e Carlos são irmãos. João tem 2 anos a mais do que Alberto. Miguel tem 3 anos a mais do que Alberto, que por sua vez tem 2 anos a mais do que Carlos. Nas condições dadas, o mais velho dos irmãos e o terceiro mais velho são, respectivamente,

- (A) Miguel e João.
- (B) Miguel e Alberto.
- (C) João e Alberto.
- (D) João e Carlos.
- (E) Alberto e Carlos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Com relação às transmissões de televisão ao vivo, principalmente em externas, o significado da expressão *up link* é
- (A) o processo de subida de sinal de televisão do equipamento de externa até o satélite.
- (B) o processo de transmissão de imagens ao vivo por meio de micro-ondas do local da gravação externa até a emissora.
- (C) a entrada ao vivo, com a presença do repórter, de uma matéria jornalística externa em um telejornal.
- (D) o nome dado pelos profissionais de televisão para o veículo utilizado para transmissões ao vivo e reportagens externas.
- (E) o processo de transferência de dados e arquivos realizados em externa via servidor FTP.
-
52. O planejamento da grade de programação de uma emissora legislativa envolve a organização dos diversos programas de entrevistas, debates e transmissões de sessões legislativas ao vivo ou editadas. As emissoras utilizam a expressão "Tempo de arte" para designar
- (A) a soma dos segmentos que incluem trabalhos de artes em um programa ou programação, sejam elas gráficas e digitais.
- (B) a duração dos programas que excluem todo o tipo de matérias jornalísticas e informativas.
- (C) a duração total de um programa.
- (D) a duração da soma do tempo das vinhetas, *lettering*, aberturas e encerramentos de um programa.
- (E) o tempo de duração de um programa sem as chamadas ou inserções durante os intervalos desse programa.
-
53. Programas de conteúdo informativo ou educativo de curta duração, entre 1 e 2 minutos, presentes na grade de programação e exibidos entre os diversos programas de uma emissora, ou mesmo durante os intervalos desses programas, têm o nome de
- (A) Chamadas.
- (B) Interprogramas.
- (C) Vinhetas.
- (D) Video posts.
- (E) Spots.
-
54. Muitas casas legislativas estão exigindo que os programas de suas emissoras apresentem recursos que permitam que pessoas surdas tenham condições de acompanhar as atividades da casa. A ferramenta que permite a transcrição do áudio em tempo real da programação, sob a forma de legendas, é
- (A) *Close caption*.
- (B) *Teleprompter*.
- (C) Legendagem.
- (D) Libras.
- (E) Tradutor da Língua Brasileira de Sinais.
-
55. Armazenar ou arquivar programas de televisão por um longo período; por exemplo, mais de uma década - evidencia a pouca confiabilidade dos tradicionais formatos e suportes, como HDs, *Blu ray Discs* ou DVDs, para tornarem-se padrão de arquivamento, seja pela perda de qualidade nas cópias ou pelo temor da obsolescência do formato. Diante desse desafio, há cerca de uma década, as principais emissoras de televisão e cinematecas de todo o mundo optaram por uma tecnologia padrão de armazenamento de programas de vídeo em forma de dados, chamada de LTO (*Linear Tape-Open*). Em sua versão mais recente, de 2012, o LTO-6 pode armazenar em uma única mídia até
- (A) 1,5 TB
- (B) 2,5 TB
- (C) 800 GB
- (D) 400 GB
- (E) 100 GB
-
56. No dia-a-dia do trabalho em equipe, em uma emissora legislativa, é fundamental a interação entre jornalistas e radialistas. De acordo com a legislação vigente, o profissional responsável pela captação de imagens para programas jornalísticos, com registro de jornalista, é o
- (A) repórter de externas.
- (B) operador de câmera de unidade portátil de jornalismo - UPJ.
- (C) *cameraman*.
- (D) jornalista audiovisual.
- (E) repórter cinematográfico.
-
57. Na área do jornalismo audiovisual, muitas vezes o entrevistado faz acusações à reputação de alguém, ao vivo, acusando-o de um ato desonroso. Nesse caso, o acusador pode ser processado pelo ofendido por
- (A) calúnia.
- (B) injúria.
- (C) difamação.
- (D) mentira.
- (E) exceção da verdade.
-
58. São considerados gêneros jornalísticos informativos, em televisão, rádio ou internet:
- (A) entrevista, coluna, reportagem e artigo.
- (B) notícia, entrevista, artigo e reportagem.
- (C) reportagem, debate, comentário e coluna.
- (D) notícia, nota, reportagem e entrevista.
- (E) reportagem, notícia, crônica e editorial.
-
59. A emissora legislativa de Pernambuco é a pioneira no Nordeste, e, como muitas outras, insere-se no conjunto de emissoras não-comerciais em operação no Brasil. A Carta de Brasília, documento final do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em 2007, adotou a expressão "Campo Público de Comunicação", para designar o conjunto de emissoras legislativas,
- (A) educativas, governamentais e comunitárias.
- (B) comunitárias, de prefeituras e de governos estaduais.
- (C) de prefeituras, de governos estaduais e educativas.
- (D) de prefeituras, de governos estaduais e universitárias.
- (E) educativas, universitárias e comunitárias.



60. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, elaborado em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, permite ao profissional
- (A) resguardar a origem e identidade das suas fontes de informação, sempre que considerar correto e necessário.
 - (B) aceitar oferta de trabalho remunerado, se for necessário, em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe.
 - (C) se valer de sua condição de jornalista para obter vantagens pessoais, desde que seja de interesse do veículo de comunicação no qual trabalha.
 - (D) exercer cobertura jornalística pelo órgão em que trabalha em instituições públicas e privadas, onde seja funcionário, assessor ou empregado.
 - (E) ignorar a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual.
61. No jargão utilizado pelas emissoras de televisão, o “espe-lho” de um telejornal é
- (A) a “escalada” inicial do telejornal.
 - (B) o *script* completo do programa.
 - (C) uma folha com as divisões dos blocos do programa, a ordem das matérias e dos intervalos.
 - (D) o conjunto de textos colocados no *teleprompter* para leitura dos apresentadores.
 - (E) a relação de todos os profissionais participantes do telejornal.
62. Em 2007 a TV Digital chegou oficialmente ao Brasil, e o desligamento dos canais analógicos atuais está previsto para 2018. Do ponto de vista técnico, a expressão TV digital significa
- (A) um aparelho de televisão *widescreen* com tela plana, de plasma ou LCD.
 - (B) a transmissão de TV em alta definição, com áudio 5.1 *surround*.
 - (C) um sistema de televisão voltado para a internet e que pode ser acessado *on demand*.
 - (D) um sistema de radiodifusão televisiva que transmite sinais digitais, no qual som e imagem são tratados como dados.
 - (E) todo e qualquer processo de transmissão via satélite de som e imagem.
63. As emissoras legislativas costumam disponibilizar na internet *on demand* trechos da participação de deputados em plenárias ou comissões parlamentares. Uma das formas de distribuição de conteúdo audiovisual pela internet, em computadores ou telefones celulares, é por meio do *streaming*, uma tecnologia que tem a seguinte característica:
- (A) permite que o usuário tenha uma relação interativa com o programa de TV transmitido, clicando com um mouse na tela.
 - (B) o usuário pode fazer um *download* do vídeo em seu aparelho.
 - (C) funciona apenas *on demand*, não sendo apropriado para transmissões ao vivo.
 - (D) torna possível assistir a um programa de televisão em tempo real, independentemente da largura de banda disponível para transmissão.
 - (E) o envio da informação audiovisual ocorre por meio de pacotes de dados, permitindo sua visualização à medida que vai sendo baixado.
64. Há muitos anos, as emissoras de televisão fazem em seu telejornal ou programação entradas ao vivo dos repórteres em externas por meio de um *link* de micro-ondas. Atualmente, uma nova tecnologia permite que essas entradas sejam realizadas com equipamento mais simples e portátil, com qualidade *broadcast*, o que está revolucionando o telejornalismo ao vivo das principais emissoras. Essa agilidade e simplicidade está sendo possível pelo uso
- (A) do Mochilink.
 - (B) do híbrido.
 - (C) da câmera *wireless*.
 - (D) do roteador.
 - (E) de *smartphones*.
65. No processo de pós-produção de um vídeo, uma série de ações podem ser realizadas na ilha de edição não-linear, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica e artística do programa. Entre essas ações estão:
- (A) roteirização, efeitos visuais e correção de cores.
 - (B) efeitos especiais, edição e sonorização.
 - (C) efeitos especiais, efeitos visuais e inserção de lettering.
 - (D) edição, correção de cores e sonorização.
 - (E) efeitos especiais, edição e multiplicação.
66. Quando nos referimos à transmissão ou armazenamento de vídeos na *web*, o servidor FTP (*File Transfer Protocol*) é utilizado para
- (A) transmissões de IPTV (*Internet Protocol Television*) interativas.
 - (B) permitir a usuários autorizados o acesso a um disco rígido ou servidor de arquivos remoto.
 - (C) permitir o livre acesso ao vídeo na internet para qualquer usuário.
 - (D) assistir às emissoras de TV transmitidas com sinal aberto pela internet.
 - (E) transmissão de *web TV*, disponibilizada a qualquer usuário que tenha acesso à internet.
67. A Lei da Imprensa, revogada em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, foi instituída durante a ditadura militar para restringir a liberdade de expressão da imprensa e dos jornalistas. Com a sua extinção
- (A) as multas e penas de detenção para todos os responsáveis por matérias jornalísticas caluniosas ou difamatórias foram limitadas a 10 anos.
 - (B) acabou a obrigatoriedade do diploma de jornalista, exceto para cargos de direção de veículos informativos.
 - (C) o pleno direito de resposta continua em vigor, com duras punições aos jornalistas em casos de calúnia, injúria e difamação.
 - (D) eventuais crimes ou litígios cometidos pela imprensa ou por jornalistas passam a depender de decisões judiciais fundamentadas nos códigos penal e civil.
 - (E) a prisão preventiva dos jornalistas não pode mais ser solicitada por qualquer crime por eles cometido.



<p>68. A portaria 489/2012 do Ministério das Comunicações coloca em prática uma determinação do Decreto de TV Digital (5820/2006) e cria efetivamente a figura do Canal da Cidadania. Com relação ao Canal da Cidadania pode-se afirmar que</p> <p>(A) o canal deve ser solicitado ao Ministério das Comunicações por entidades públicas, exceto as ligadas ao poder público municipal.</p> <p>(B) o canal deve ser solicitado às prefeituras por entidades públicas do próprio município.</p> <p>(C) se trata de um canal de televisão aberta, operando de forma digital e em multiprogramação.</p> <p>(D) o canal deve assegurar faixas de programação para todos aqueles que solicitarem, incluindo entidades políticas e religiosas comprometidas com a democracia.</p> <p>(E) opera nos canais em UHF digital e analógico, na TV a cabo e na internet.</p>	<p>72. A migração das emissoras de TV para o formato digital tem trazido problemas na medida em que as gravações com as câmeras de vídeo mais modernas são feitas no formato de tela 16:9, mas as transmissões e recepção nas residências em aparelhos de TV mais antigos estão ainda no formato 4:3. Para que as imagens gravadas no formato de tela 16:9 sejam assistidas sem que partes da imagem sejam cortadas ou distorcidas, é necessário convertê-las utilizando o formato</p> <p>(A) <i>Letterbox</i>.</p> <p>(B) <i>Widescreen</i>.</p> <p>(C) <i>Squeeze</i>.</p> <p>(D) <i>Zooming</i>.</p> <p>(E) 16:9 anamórfico.</p>
<p>69. A elaboração de campanhas públicas tem sido muito comum nas emissoras legislativas por todo o Brasil, que se engajam em lutas mais amplas da sociedade para a formação de um cidadão crítico e participativo. Os autores especializados em comunicação pública e institucional indicam etapas e ações que devem ser cumpridas de forma sucessiva, isto é, uma necessariamente após a outra, no planejamento e execução de campanhas públicas, tais como:</p> <p>(A) Estratégias de comunicação, plano de mídia, objetivos e metas, táticas de comunicação e criação de peças publicitárias.</p> <p>(B) Público-alvo, objetivos e metas, táticas de comunicação, estratégias de comunicação e plano de mídia.</p> <p>(C) Objetivos e metas, público-alvo, estratégias de comunicação, táticas de comunicação e plano de mídia.</p> <p>(D) Plano de mídia, público-alvo, táticas de comunicação, estratégias de comunicação e etapas de produção.</p> <p>(E) Estratégias de comunicação, público-alvo, objetivos e metas, plano de mídia e criação de peças publicitárias.</p>	<p>73. Durante uma sessão legislativa, transmitida ao vivo pela emissora, o áudio é tratado por meio de uma mesa de som, na qual pode-se ajustar o som de uma voz alterando parâmetros do sinal de áudio. Se a opção do operador de áudio for ressaltar uma voz humana, enfatizando as frequências médias, por exemplo, isso é feito pelo processo de</p> <p>(A) Panoramização.</p> <p>(B) Amplificação.</p> <p>(C) Equalização.</p> <p>(D) Balanceamento.</p> <p>(E) AGC (<i>automatic gain control</i>).</p>
<p>70. A medição do hábito de audiência dos telespectadores pode ser feita por meio de um aparelho colocado nas residências, que emite informações em tempo real, chamado</p> <p>(A) <i>Interactive Box</i>.</p> <p>(B) <i>People Meter</i>.</p> <p>(C) <i>Live TV</i>.</p> <p>(D) <i>Branding TV</i>.</p> <p>(E) <i>Share Audience</i>.</p>	<p>74. Durante a gravação de um programa de entrevistas em televisão, o diretor de TV deve se preocupar em respeitar a Regra dos 180 graus. Isso significa que:</p> <p>(A) a linha vetorial que une os talentos deve ser cruzada durante o posicionamento das câmeras para a realização de plano e contraplano.</p> <p>(B) as câmeras devem ser posicionadas em lados opostos ao eixo imaginário que une os talentos.</p> <p>(C) a câmera que faz o plano de conjunto deve ser posicionada num ângulo mais alto com relação às demais.</p> <p>(D) as câmeras devem ser posicionadas ao mesmo lado do eixo imaginário que une os talentos.</p> <p>(E) as câmeras devem ser posicionadas ao mesmo lado do eixo vertical que divide a cena.</p>
<p>71. As emissoras de televisão, incluindo as legislativas, estão comprando equipamentos de gravação com qualidade cada vez melhor e custo decrescente. Praticamente todas as emissoras e produtoras de vídeo trabalham com equipamento de gravação e edição de alta definição (<i>high definition</i>). Para que uma gravação em vídeo seja considerada de alta definição é preciso que ela tenha pelo menos uma das seguintes características:</p> <p>(A) Gravação em 24 fps (quadros por segundo).</p> <p>(B) Formato de tela 4:3 e 525 linhas de resolução horizontal.</p> <p>(C) Áudio gravado no formato 5.1.</p> <p>(D) Resolução horizontal acima de 720 linhas.</p> <p>(E) Gravação em cartão de memória ou disco rígido.</p>	<p>75. O uso da imagem é um dos direitos da personalidade de todos os indivíduos. Muitas vezes ele é confundido com outros direitos individuais, preocupando jornalistas e produtores quando gravam entrevistas e depoimentos. Sobre o uso da imagem,</p> <p>(A) o direito de imagem e o direito autoral são atributos irrenunciáveis da personalidade.</p> <p>(B) personalidades públicas e notórias, ao darem entrevistas, dão um consentimento tácito.</p> <p>(C) o uso da imagem de um indivíduo para a televisão sempre deverá ser feito mediante autorização por escrito.</p> <p>(D) o uso não autorizado de imagem, em programas informativos, pode ser feito sob quaisquer circunstâncias, mesmo contra a vontade do retratado, amparado no direito de informar e de ser informado.</p> <p>(E) o direito de imagem ainda não é contemplado no Código Civil brasileiro, mas é aplicado pelos juízes com base na jurisprudência.</p>



76. Além de matérias jornalísticas, uma série de complementos relativos à edição das matérias são necessários para a transmissão de um telejornal. Entre elas, estão as manchetes das principais notícias do dia, lidas no início do telejornal pelo apresentador, que são chamadas de
- (A) Passagem de bloco.
(B) Cabeça da matéria.
(C) Teaser.
(D) Escalada.
(E) Abertura.
77. A transmissão de telejornais diários de alcance nacional, como o **Jornal Nacional** da *Rede Globo* e o **Jornal da Record** da *Rede Record*, tem como característica a transmissão
- (A) de telejornal previamente gravado, com matérias e apresentação previamente gravados e editados.
(B) de telejornal ao vivo com matérias ao vivo e previamente gravadas.
(C) de telejornal ao vivo, através de moto *link*, com narração feita pelo apresentador no estúdio ao vivo.
(D) de programa previamente gravado, com *links* ao vivo.
(E) ao vivo de imagens e sons de um fato ou evento no momento em que ele acontece, em externa ou a partir do próprio estúdio da emissora.
78. No que diz respeito ao processo de edição de sons e imagens de uma matéria para um telejornal, analise as assertivas a seguir:
- I. No *off* da matéria é necessário repetir em detalhes o que o telespectador é capaz de ver sozinho.
II. O texto determina a seleção das imagens, e não o inverso.
III. O editor deve cuidar para que não haja pulo de imagem, corte brusco de um lugar para outro e, para isso usa-se o *insert*.
- Está correto o que se afirma em:
- (A) I e III, apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II, apenas.
(D) III, apenas.
(E) II, apenas.
79. Algumas gírias são usadas diariamente nas redações de telejornais. Para aquela que se refere a uma notícia falsa que foi ao ar sem ser apurada, diz-se
- (A) furo.
(B) gancho.
(C) barriga.
(D) suíte.
(E) caco.
80. O método tem três vantagens: estabelece imediatamente a presença do repórter na cena, é muito simples e rápido o suficiente para ser considerado um procedimento de emergência, mais ou menos como a poeira recolhida pelos primeiros homens na Lua caso precisassem voltar à Terra às pressas.
- (YORKE, Ivor. **Telejornalismo**. São Paulo: Roca, 2006, p. 135)
- Este trecho diz respeito a
- (A) uma entrevista.
(B) um comentário.
(C) uma videoreportagem.
(D) um povo fala.
(E) um *stand up*.
81. Considere as afirmativas abaixo sobre o texto em telejornalismo.
- I. A repetição de palavras na TV, desde que na medida certa, ajuda na compreensão da notícia.
II. Ao se referir ao que vai acontecer é preferível usar os verbos no presente do indicativo e no futuro composto.
III. Artigos devem ser suprimidos, especialmente nas manchetes.
IV. O uso de frase intercalada, entre vírgulas, ajuda na respiração do narrador e na compreensão da reportagem.
V. A forma de tratamento deve vir logo após o nome.
- Está correto, o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
(B) I, III e V.
(C) III, IV e V.
(D) II, IV e V.
(E) I, II, III e IV.
82. No script de um telejornal, a marcação técnica que indica ao sonoplasta o momento de colocar no ar o áudio da matéria editada e não o áudio do apresentador é:
- (A) Som universal.
(B) Rodar VT.
(C) Deixa locução.
(D) BG.
(E) Sobe som do VT.
83. Na rotina produtiva de telejornais as matérias podem ser classificadas em gêneros e formatos. Em "Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial". Guilherme Jorge de Rezende, define: "Se baseiam em dados objetivos que indicam tendências ou resultados de natureza diversa, de utilidade para o telespectador em eventuais tomadas de decisões". O autor se refere a:
- (A) Reportagem.
(B) Indicador.
(C) Notícia.
(D) Entrevista.
(E) Nota coberta.



<p>84. Alguns telejornais brasileiros têm apresentado matérias no formato de videorreportagens, que são reportagens</p> <p>(A) realizadas por repórter amador abordando histórias de vida de uma comunidade.</p> <p>(B) realizadas por um único repórter, que filma, entrevista, conta a história e edita.</p> <p>(C) longas, sobre temáticas especializadas.</p> <p>(D) realizadas sem a necessidade do apoio da pauta e da chefia de reportagem.</p> <p>(E) pequenas, com muitos cortes e imagens de pouca qualidade plástica.</p>	<p>89. Heródoto Barbeiro e Paulo Lima, em “Manual de telejornalismo: os segredos da notícia em TV” apontam algumas recomendações para a redação dos textos noticiosos. Para alcançar a densidade indispensável ao texto jornalístico, é preciso</p> <p>(A) utilizar substantivos fortes e verbos na voz ativa.</p> <p>(B) usar linguagem coloquial e verbos no presente do indicativo.</p> <p>(C) contar uma história com começo, meio e fim.</p> <p>(D) formar uma sentença curta, com única ideia.</p> <p>(E) usar frases longas, intercaladas por vírgulas.</p>
<p>85. A reunião de pauta, importante etapa na produção de programas telejornalísticos, tem por objetivo</p> <p>(A) produção das matérias.</p> <p>(B) checagem das informações para verificar a veracidade dos dados obtidos.</p> <p>(C) definir as matérias que irão compor o telejornal.</p> <p>(D) marcar horário e local de entrevistas.</p> <p>(E) apontar os tópicos principais das pautas.</p>	<p>90. A pauta jornalística, ponto de apoio para a realização das matérias de um telejornal, deve ter em sua composição alguns itens, entre eles:</p> <p>(A) nome do repórter, dados, indicações de VT.</p> <p>(B) data, sugestão de perguntas, tempo.</p> <p>(C) retranca, texto off, enfoque.</p> <p>(D) proposta de encaminhamento, data, fontes.</p> <p>(E) texto <i>off</i>, retranca, passagem.</p>
<p>86. São valores-notícia, no processo de seleção das notícias, que dizem respeito aos critérios substantivos, ou seja, às características do próprio acontecimento,</p> <p>(A) dramatização, proximidade e amplificação.</p> <p>(B) tempo, proximidade e equilíbrio.</p> <p>(C) novidade, disponibilidade e conflito.</p> <p>(D) inesperado, notabilidade e simplificação.</p> <p>(E) morte, notoriedade e proximidade.</p>	<p>91. O texto do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, foi atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, realizado em Vitória (ES) de 3 a 5 de agosto de 2007 e disponibilizado pela Federação Nacional dos Jornalistas. No Capítulo IV, que trata das relações profissionais, o jornalista, quando, por razões justificadas, vier a exercer mais de uma função na mesma empresa, deve:</p> <p>(A) solicitar que a empresa providencie a contratação de novo profissional, a fim de evitar a supressão de cargos.</p> <p>(B) receber a remuneração correspondente ao trabalho extra.</p> <p>(C) informar, através de comunicado oficial, o acúmulo de função aos colegas de profissão.</p> <p>(D) ser promovido a cargo de direção.</p> <p>(E) manter relações de respeito e solidariedade no ambiente de trabalho.</p>
<p>87. Em telejornais, uma matéria internacional, feita apenas com texto <i>off</i> e imagens geradas das agências de notícias, é chamada de</p> <p>(A) <i>Teaser</i>.</p> <p>(B) <i>Arte</i>.</p> <p>(C) <i>Nota pelada</i>.</p> <p>(D) <i>Nota coberta</i>.</p> <p>(E) <i>Link</i>.</p>	
<p>88. Em seu manual de jornalismo a Empresa Brasil de Comunicação – EBC oferece espaço para o jornalismo participativo como parte de sua interação com a sociedade e subordinação aos seus interesses. Entendendo como participação do cidadão</p> <p>(A) a avaliação dos conteúdos jornalísticos produzidos e divulgados na programação da empresa.</p> <p>(B) o recebimento de imagens captadas por cinegrafistas amadores de interesse jornalístico para a empresa.</p> <p>(C) o acolhimento de sugestões de pautas, críticas, dados e informações de produção de conteúdos.</p> <p>(D) a participação, como conselheiros, em telejornais e programas de debates.</p> <p>(E) o desenvolvimento de produções de conteúdos educativos e culturais.</p>	<p>92. Muitos telejornais de emissoras locais ou regionais brasileiros têm adotado os chamados jornalismo cívico e jornalismo comunitário, que têm por característica a</p> <p>(A) participação ativa de cidadãos no processo de produção das notícias como, pesquisa, coleta, entrevista e análise.</p> <p>(B) abertura de espaço para debates entre o poder público e a comunidade.</p> <p>(C) cobertura segmentada, com predomínio de notícias factuais sobre política, educação e saúde.</p> <p>(D) produção de entrevistas especiais sobre assuntos de interesse da comunidade local.</p> <p>(E) intenção de permitir uma maior interação com o público, possibilitando que este influencie na formulação das pautas jornalísticas.</p>



<p>93. Na pauta do jornalista X ficou determinado que ele deveria fazer a mesma pergunta para o público na rua, para saber a opinião sobre um assunto sério e de interesse geral. Já ao jornalista Y foi indicado que este participasse, juntamente com outros jornalistas, de uma entrevista em local previamente marcado. Os tipos de entrevistas realizados pelos jornalistas X e Y, correspondem, respectivamente:</p> <p>(A) Povo fala / Coletiva. (B) Factual / Exclusiva. (C) Vox Populi / Reportagem. (D) Testemunhal / Coletiva. (E) Povo fala / Exclusiva.</p>	<p>97. Considere os textos abaixo.</p> <p>Texto I</p> <p>A posição defendida por este modelo pode sintetizar-se na afirmação segundo a qual cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem. Esta teoria é uma abordagem global ao <i>mass media</i>, indiferente à diversidade existente entre os vários meios.</p> <p>Texto II</p> <p>A sua característica fundamental é o estudo da cultura de massa, distinguindo os seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação entre o consumidor e o objeto de consumo.</p> <p>(WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1995).</p> <p>Os textos I e II correspondem, respectivamente, às teorias da comunicação</p> <p>(A) Hipodérmica e Culturológica. (B) Hipodérmica e Crítica. (C) Funcionalista e Crítica. (D) Funcionalista e Culturológica. (E) Crítica e Hipodérmica.</p>
<p>94. Na história do telejornalismo brasileiro é correto afirmar:</p> <p>(A) O videoteipe chegou ao Brasil na década de 1970, alterando significativamente o modo de fazer telejornalismo. (B) O primeiro telejornal surgiu, em 1950, um dia após a inauguração da PRF3-TV-Tupi de São Paulo. (C) Sucesso de audiência na televisão brasileira, Repórter Esso foi o primeiro telejornal a apresentar cronistas especializados em várias editorias. (D) Na década de 1960, após a edição do Ato Institucional nº 5, uma das saídas que o telejornalismo buscou foi dinamizar a cobertura política. (E) Jornal de Notícias e Jornal de Vanguarda, ambos da TV Excelsior, foram os primeiros telejornais a serem transmitidos em rede nacional.</p>	<p>98. Antes de iniciar a gravação em externa de uma reportagem, a pessoa responsável pela qualidade da imagem precisa ajustar a câmera de acordo com as condições do local. Essa operação técnica é chamada de</p> <p>(A) <i>Link</i>. (B) Batimento. (C) Bater o Branco. (D) Balanço cromático. (E) Cintilação.</p>
<p>95. Programas de debates, classificados como gênero da categoria informação, têm sido transmitidos em emissoras públicas e privadas. Entre as características deste tipo de programa é correto afirmar:</p> <p>(A) o formato mais frequente é o mesa-redonda, podendo aparecer no vídeo mais de um entrevistador e convidados. (B) são programas que exigem alto investimento, uma vez que carregam a bandeira de prestígio de suas emissoras. (C) apresentam composição cenográfica que permite ao apresentador andar pelo cenário para realizar entrevistas em pé e chamar atrações musicais. (D) pelas dificuldades de produção, pequenas afiliadas não utilizam esse gênero para produzir programas locais. (E) os programas exibidos na televisão brasileira não ultrapassam o tempo de trinta minutos.</p>	<p>99. Nos telejornais brasileiros de cobertura nacional, as notícias opinativas são transmitidas nos formatos</p> <p>(A) editorial, crônica, artigo e indicador. (B) coluna, charge, crônica e editorial. (C) indicador, editorial, crônica e coluna. (D) charge, editorial, comentário e enquête. (E) perfil, caricatura, coluna e comentário.</p>
<p>96. Sobre a ordenação dos conteúdos de um telejornal, é correto afirmar:</p> <p>(A) a ordenação não é fixa, é determinada pelo <i>deadline</i> e o acompanhamento dos produtores. (B) obedece ordem fixa, com a veiculação dos formatos opinativos sempre no final da transmissão. (C) não obedece ordem fixa, é realizada por escolha do editor-chefe. (D) obedece ordem fixa, e em caso de dúvidas o chefe de reportagem tem a palavra final. (E) a ordenação é fixa: no primeiro bloco são transmitidas as notícias factuais e opinativas e, no último, as notícias frias.</p>	<p>100. De acordo com os manuais de telejornalismo, é atribuição do produtor</p> <p>(A) fazer a montagem final das reportagens que irão ao ar. (B) decidir a ordem de entrada das notícias no telejornal. (C) contratar e demitir repórteres e cinegrafistas. (D) responder pelo fluxo das matérias geradas pelas sucursais e afiliadas. (E) organizar o trabalho prévio para a realização do telejornal dentro e fora do estúdio.</p>